



Relatório Mensal de Atividades (RMA)

Processo n. 5012306-16.2022.8.21.0023/RS

1ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande/RS

Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande

Janeiro/2026

Sumário



SANTA CASA
DO RIO GRANDE

1. Considerações preliminares	3
2. Estágio processual	4
3. Informações da Recuperanda	5
4. Passivo concursal	6
5. Faturamento	7
6. Obrigações Sociais e Fiscais	8
7. Quadro de colaboradores	10
8. Análise das demonstrações econômico-financeiras	11
9. Plano de Recuperação Judicial	22
10. Checklist	26

1. Considerações preliminares

O presente relatório (RMA) reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande.

A apresentação deste relatório é uma das atribuições previstas no art. 22 da Lei 11.101/2005 do administrador judicial, e tem como objetivo garantir ao Juízo, ao Ministério Público, aos credores e a quaisquer interessados, informações relevantes a respeito das atividades da Recuperanda, assim como da execução do plano de recuperação judicial.

Os resultados constantes no presente relatório se baseiam no processo de recuperação judicial e em informações contábeis, financeiras e operacionais fornecidas pela Recuperanda à Administração Judicial, as quais são disponibilizadas juntamente com este relatório e podem ser acessadas nos autos do incidente autuado para tanto e no site <https://scalzilliaj.com.br>.

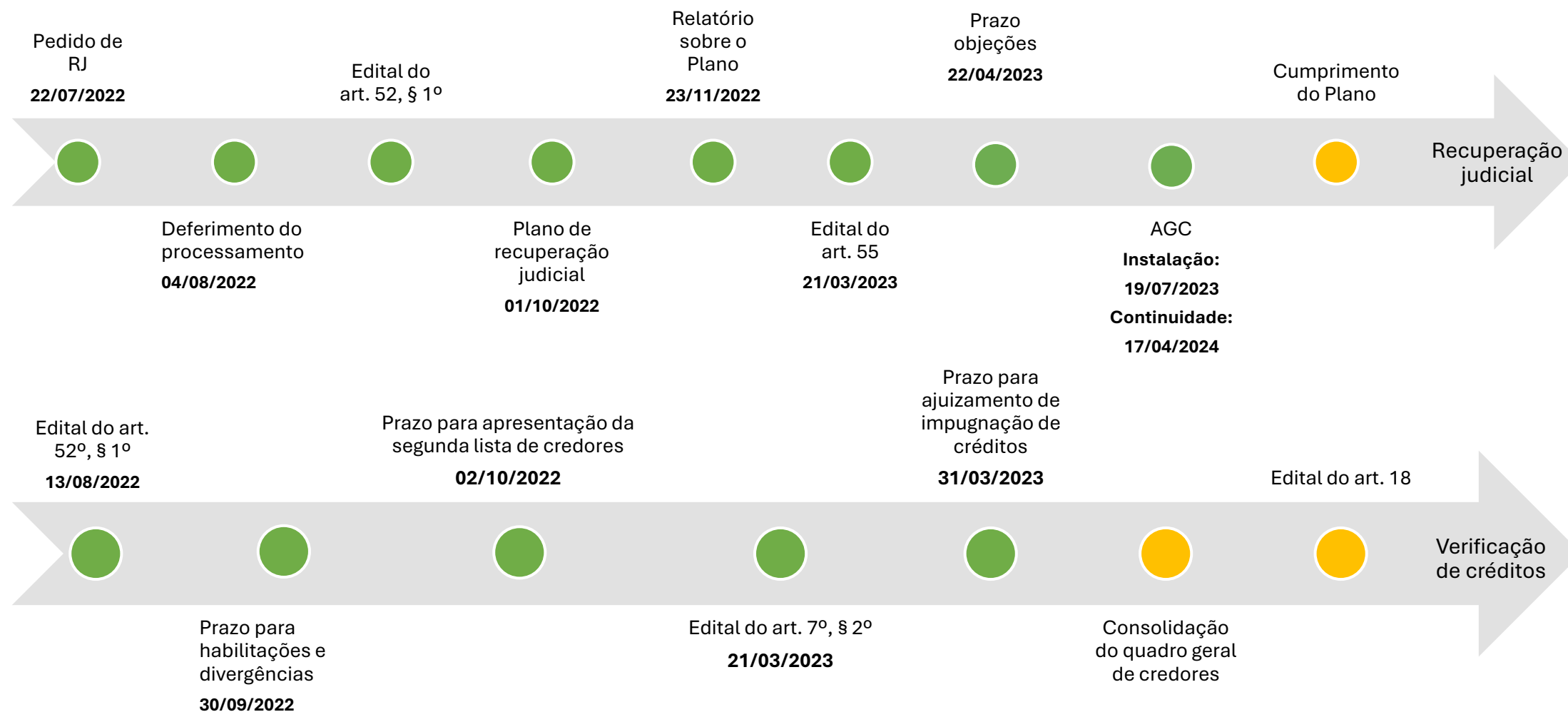
As informações contábeis e financeiras devidamente assinadas utilizadas neste relatório foram fornecidas pela Recuperanda por e-mail.

A atualização das informações financeiras referem-se aos meses de outubro e novembro de 2025; a parte jurídica, por sua vez, foi atualizada até

janeiro de 2026.

As informações às quais a Administração Judicial teve acesso e que foram utilizadas para elaboração deste relatório **não foram alvo de auditoria e não serão aproveitadas para qualquer outro fim**. A responsabilidade técnica pelas demonstrações contábeis é dos profissionais que as subscrevem, presumindo-se sua integridade formal e material.

2. Estágio processual



3. Informações da Recuperanda



Razão Social

Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande.



Início das Atividades

30/09/1966



CNPJ

94.862.265/0001-42



Endereço

Rua General Osorio, nº 625, Bairro Centro, CEP
96.200-400, Rio Grande/RS



Objeto Social (atividade principal)

Atividades de atendimento hospitalar.

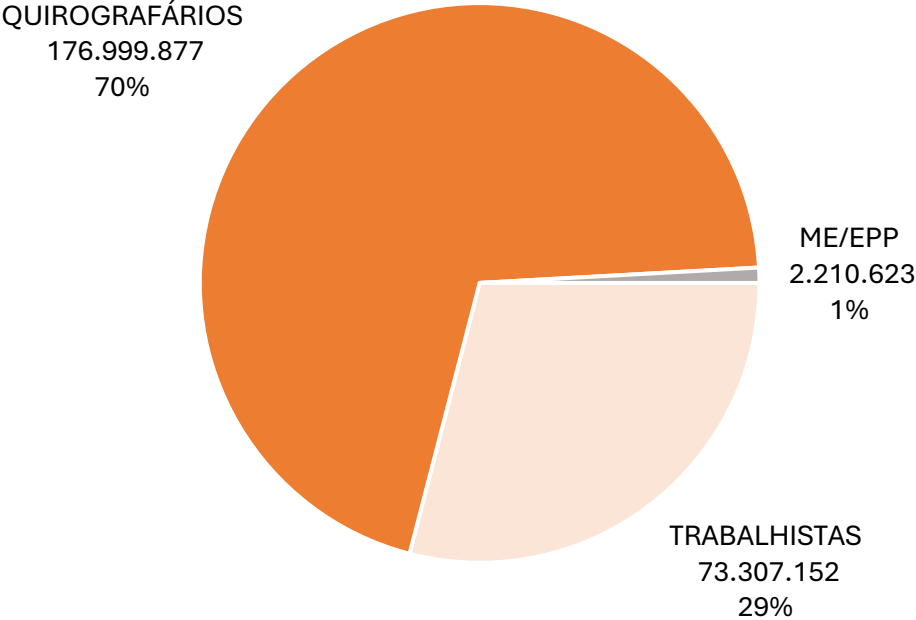
- Abaixo, verifica-se sua estrutura administrativa até julho de 2025:



4. Passivo Concursal

Art. 7º, §2º

O passivo concursal após a etapa de verificação de créditos pela Administração Judicial soma R\$ 252.517.652,38, distribuídos em 2.027 credores da Classe I, 311 credores da Classe III e 202 da Classe IV. Abaixo se visualiza a composição dos valores por classe:

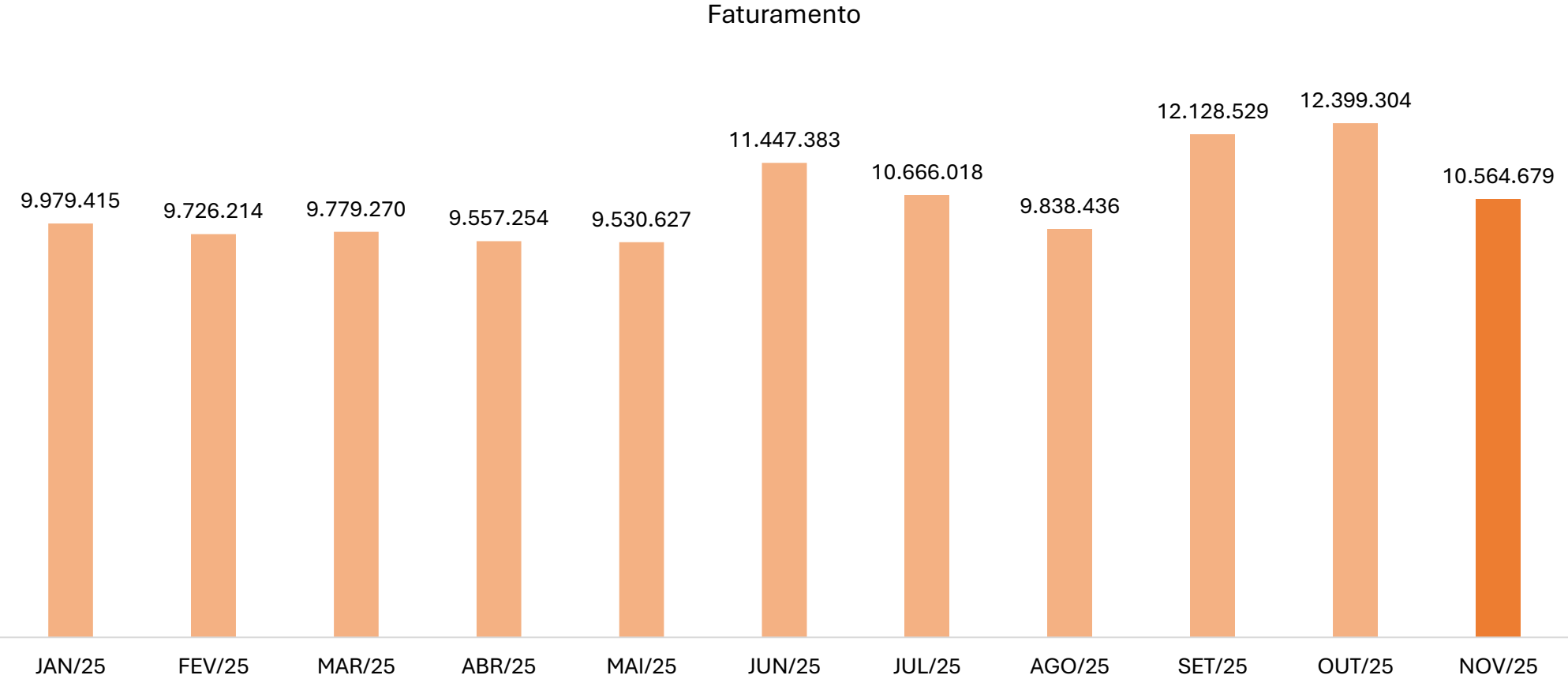


Os 10 maiores credores representam 65,4% do crédito, e podem ser verificados no quadro abaixo:

CLASSE	CREDOR	VALOR (R\$)
QUIROGRAFÁRIOS	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	62.052.412
QUIROGRAFÁRIOS	CIA. EST. DE ENERG. ELETRICA-CEEE	31.178.094
QUIROGRAFÁRIOS	CIA. RIOGRANDENSE SANEAMENTO CORSAN	18.555.955
QUIROGRAFÁRIOS	MUNICIPIO DE RIO GRANDE	17.981.063
QUIROGRAFÁRIOS	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL	16.715.841
TRABALHISTAS	SINDICATO DOS EMP EST SERVICOS DE SAUDE DE RIO GRANDE	6.352.273
QUIROGRAFÁRIOS	CENTRO AVANCADO DE NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA S/S	3.947.276
QUIROGRAFÁRIOS	BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE	3.110.845
TRABALHISTAS	ANDRÉ DUARTE GANDRA	2.868.632
QUIROGRAFÁRIOS	BIOTRONIK COMERCIAL MEDICA LTDA	2.311.648

5. Faturamento

Até a competência em análise, o faturamento acumulado da Recuperanda foi de R\$ 115,6 milhões, gerando uma receita bruta média mensal de R\$ 10,5 milhões. No último mês em tela, o valor obtido foi de R\$ 10,6 milhões.



6. Obrigações Sociais e Fiscais

Obrigações Sociais

O grupo “Obrigações Sociais” abrange encargos trabalhistas e previdenciários da Entidade, relacionados a benefícios legais, tributos sobre a folha de pagamento e outras obrigações sociais.

Ao final da competência analisada, o saldo contábil era de R\$ 22,3 milhões, registrando acréscimo de R\$ 1,2 milhão em relação ao primeiro mês, sendo composto majoritariamente pelos valores a recolher de FGTS e INSS.

OBRIGAÇÕES SOCIAIS	SET/25	OUT/25	NOV/25
FGTS A RECOLHER	10.809.753	10.870.572	11.116.088
INSS A RECOLHER	9.848.470	10.302.047	10.759.371
INSS TERCEIROS PF	17.842	18.842	19.392
INSS TERCEIROS PJ	355.864	358.422	363.892
IMPOSTO/MENSALIDADE SINDICAL	23.573	24.479	25.398
EXTIMATIVA INSS S/RECIBO DE FÉRIAS	16.555	16.031	24.331
TOTAL	21.072.058	21.590.393	22.308.473

O “INSS a Recolher” apresentou a maior variação, com aumento de R\$ 910,9 mil, decorrente, sobretudo, de créditos contabilizados como “Desconto INSS”. Foram identificados pagamentos referentes, em sua maioria, ao FGTS dos colaboradores, bem como guias de FGTS rescisório. Constatou-se, contudo, que parte dos débitos permanecia vencida e continuava sendo objeto de parcelamentos pela Entidade.

Obrigações Fiscais

As “Obrigações Fiscais” correspondem aos valores devidos pela Recuperanda relacionados a tributos incidentes sobre operações financeiras, serviços e remunerações, cujos recolhimentos estão previstos conforme prazos legais estabelecidos pelos entes tributantes.

O saldo contábil do grupo totalizava R\$ 16 milhões, destacando-se os valores de “IRRF a Recolher” (R\$ 5 milhões) e “PIS/COFINS/CSLL a Recolher” (R\$ 3,5 milhões). No período, verificaram-se pagamentos relacionados a essas obrigações, bem como aos parcelamentos simplificados, conforme registros do livro razão. Destaca-se que, foram constituídas duas novas rubricas de débitos previdenciários decorrentes de transações tributárias, representativas de renegociações do passivo, que passaram a totalizar, em conjunto, saldo final de R\$ 6 milhões ao término da competência.

OBRIGAÇÕES FISCAIS	SET/25	OUT/25	NOV/25
IRRF A RECOLHER	4.558.804	4.783.578	5.007.570
PIS/COFINS/CSLL A RECOLHER	3.117.890	3.305.387	3.456.085
ISSQN A RECOLHER	624.179	632.193	633.540
PARC.SIMPLIFICADO RFB CONS.SETEMBRO	949.843	866.094	912.883
TRANSACAO PGFN MAIS ESP.DEBITOS PRE	-	-	3.878.987
TRANSACAO PGFN MAIS ESP.DEMAIS DEBI	-	-	2.150.784
TOTAL	9.250.716	9.587.252	16.039.849

6. Obrigações Fiscais e Sociais

Parcelamentos de Impostos/Tributos

No que se referia aos “Parcelamentos de Impostos/Tributos”, além da rubrica já existente “Parc. Simplificado RFB cons. Setembro”, na última competência analisada foram incluídas duas novas contas relativas a transferências de parcelamentos previdenciários junto à PGFN. Tais valores, que totalizaram R\$ 48,9 milhões, encontravam-se anteriormente registrados em “Tributos em Atraso”. Em razão dessas reclassificações, o saldo final do grupo totalizou R\$ 52,6 milhões.

Tributos em Atraso

Os “Tributos em Atraso” correspondem aos valores devidos pela Recuperanda referentes a obrigações tributárias não quitadas nos prazos legais estabelecidos, acumulando encargos conforme determinações dos entes fiscais competentes e permanecendo em aberto até sua regularização.

Ao final do período, o agrupamento somou a monta de R\$ 25,8 milhões, registrando redução expressiva de R\$ 181,4 milhões em relação ao primeiro mês analisado, decorrente, principalmente, da constituição de novos parcelamentos e da transferência de valores para o grupo “Parcelamentos de Impostos/Tributos”.

TRIBUTOS EM ATRASO	SET/25	OUT/25	NOV/25
FGTS SANTA CASA LP	13.517.477	13.517.477	13.517.477
FGTS PARCELAMENTO RESCINDIDO LP	12.293.849	12.293.849	12.293.849
PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO RESCINDIDO LP	43.158.164	43.427.772	-
PARCELAMENTO NÃO PREVIDENCIÁRIO RESCINDIDO LP	59.284.998	59.639.821	-
PROCESSOS FISCAIS EM ABERTO LP	75.668.228	76.215.760	-
MULTAS TRABALHISTAS A PAGAR LP	3.297.947	3.322.542	-
TOTAL	207.220.663	208.417.221	25.811.326

Inscrição em Dívida Ativa

Em consulta realizada ao *site* da PGFN em 07/01/2026, a Administração Judicial verificou que a Recuperanda possui o montante de R\$ 49.315.724,07 inscrito em dívida ativa, integralmente referente ao FGTS.

7. Quadro de colaboradores

Na última competência analisada, o quadro de funcionários ativos da Santa Casa era composto por 1.235 colaboradores ativos, de acordo com o controle gerencial e a folha de pagamento disponibilizados pela Recuperanda, conforme demonstram a tabela abaixo:

EMPREGADOS	SET/25	OUT/25	NOV/25
Nº COLABORADORES	1.349	1.374	1.373
AFASTADOS	158	153	154
ADMISSÃO	53	31	42
DESLIGAMENTO	23	39	29
AUTÔNOMO	3	5	3
TOTAL	1.382	1.371	1.389
TOTAL ATIVOS	1.224	1.218	1.235

No último mês, ocorreram 29 desligamentos e 42 novas admissões. Observa-se também que 154 colaboradores estavam afastados, seja por auxílio-doença, licença-maternidade, ou por determinações oriundas de processos judiciais.

Destaca-se que os termos de rescisões complementares foram confrontados com os valores pagos registrados no livro razão, sendo possível confirmar a maior parte dos montantes. Contudo, não foram apresentados os comprovantes de pagamento das rescisões, bem como das guias de FGTS rescisório.

8. Análise das demonstrações econômico-financeiras

a) Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL	SET/25	OUT/25	NOV/25
ATIVO CIRCULANTE	40.657.884	37.833.514	38.272.230
DISPONIBILIDADES	2.150.021	795.111	468.109
DUPLICATAS A RECEBER	25.299.321	26.059.785	26.152.448
ADIANTAMENTOS	10.279.849	7.720.848	8.748.505
ESTOQUES	2.915.679	3.248.553	2.863.412
DESPESAS ANTECIPADAS	13.014	9.218	39.756
ATIVO NAO-CIRCULANTE	145.894.516	148.170.428	155.671.668
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.915.481	6.832.998	21.741.689
INVESTIMENTOS	4.882.958	4.882.958	4.882.958
IMOBILIZADO	134.096.077	136.454.472	129.047.022
TOTAL DO ATIVO	186.552.401	186.003.942	193.943.899

Notas Explicativas

1.1 – Disponibilidades

As “Disponibilidades” da Santa Casa compreendem caixa, contas correntes e aplicações financeiras, conforme tabela abaixo:

DISPONIBILIDADES	SET/25	OUT/25	NOV/25
CAIXA	10.262	11.043	13.487
BANCOS CONTA MOVIMENTO	177.358	153.414	78.824
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	1.962.401	630.654	375.799
TOTAL	2.150.021	795.111	468.109

No período, o montante disponível da Entidade totalizava R\$ 468,1 mil, sendo 80,3% aplicados em instituições financeiras. O grupo apresentou redução de 78,2% no período (R\$ 1,7 milhão), decorrente principalmente da variação negativa nas aplicações do Banco Santander, de R\$ 1,4 milhão, e do Banco Bradesco, de R\$ 137,7 mil. Observou-se ainda redução de R\$ 98,5 mil na rubrica “Bancos Conta Movimento”.

Para as variações narradas, foi possível atestar a conformidade entre as informações contábeis e os extratos bancários das instituições, os quais foram devidamente apresentados.

8. Análise das demonstrações econômico-financeiras

a) Ativo

Notas Explicativas

1.2 – Duplicatas a receber

Na data-base, os valores a receber da Entidade totalizaram R\$ 26,2 milhões, representando aumento de 3,4% (R\$ 853,1 mil) em relação ao primeiro mês.

DUPLICATAS A RECEBER	SET/25	OUT/25	NOV/25
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	17.076.658	17.359.217	17.216.458
CONVÊNIOS E PARTICULARES	10.636.073	11.047.665	11.227.676
CARTÕES DE CRÉDITO	98.013	142.866	146.491
OUTROS CREDITOS	92.542	114.001	165.787
PERDAS ESTIMADAS - CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(2.603.964)	(2.603.964)	(2.603.964)
TOTAL	25.299.321	26.059.785	26.152.448

O relatório de contas a receber disponibilizado pela Recuperanda, contudo, aponta saldo de R\$ 33,1 milhões, resultando em divergência de R\$ 6,9 milhões frente ao valor contabilizado. Essa diferença decorre de “Créditos a Identificar”, já recebidos, porém pendentes de conciliação quanto à origem. Também se verifica divergência de valores de administração de cartões a receber não incluídos no relatório, no total de R\$ 146,5 mil. Do montante, 78,3% (R\$ 25,9 milhões) correspondem a títulos vencidos, e R\$ 7,2 milhões a créditos com vencimento futuro, conforme documentos enviados.

1.3 – Adiantamentos

O grupo “Adiantamentos” compreende valores pagos antecipadamente pela Entidade, com finalidade operacional, classificados em subcontas específicas de acordo com a natureza da operação.

No contexto da Recuperanda, ele se divide da seguinte forma:

ADIANTAMENTOS	SET/25	OUT/25	NOV/25
ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS	192.230	186.028	1.759.371
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	10.087.619	7.534.820	6.989.134
TOTAL	10.279.849	7.720.848	8.748.505

Os “Adiantamentos a Fornecedores” correspondiam a 79,9% do total do grupo e expressaram redução de 30,7% (R\$ 3,1 milhões) nos meses analisados, motivados pelo maior volume de novos adiantamentos (R\$ 6,2 milhões) frente às baixas (R\$ 3,1 milhão) no período. Já os “Adiantamentos a Funcionários” registraram acréscimo de R\$ 1,6 milhão em relação ao primeiro mês analisado, em grande parte decorrente de “Adiantamentos de 13º Salário”.

A Santa Casa informou anteriormente que até 2024 não havia controle de adiantamentos e alguns saldos pendem de ajustes, os quais serão realizados conforme conciliação da contabilidade.

8. Análise das demonstrações econômico-financeiras

a) Ativo

Notas Explicativas

1.4 – Estoques

Ao final do período, os “Estoques” totalizavam a monta de R\$ 2,9 milhões, expressando decréscimo de 1,8% (R\$ 52,3 mil) em comparação ao primeiro mês.

A Recuperanda não disponibilizou o controle de estoques referente ao mês analisado, porém foi possível observar, por meio do balancete, que as contas “Materiais Médico-hospitalares” e “Medicamentos” correspondiam, respectivamente, a 38,1% e 31,6% do saldo do grupo.

Destaca-se que os produtos acima mencionados corroboram com a atividade final da Santa Casa, uma vez que se referem a itens essenciais para o funcionamento do hospital.

1.5 – Despesas Antecipadas

O grupo “Despesas Antecipadas” é composto por valores pagos pela Entidade que se referem a bens ou serviços que serão apropriados ao resultado em períodos futuros, conforme a competência contábil.

As subcontas que compõem esse grupo referem-se a prêmios de seguros

de veículos, predial, além de assinaturas e publicações. Ao final do ciclo, o saldo total era de R\$ 39,8 mil, apresentando aumento de R\$ 26,7 mil, principalmente na rubrica de “Veículos”.

1.6 – Realizável a Longo Prazo

O grupo compreendeu as rubricas “Bloqueios judiciais” (R\$ 5,4 milhões), “Bloqueios de créditos a receber” (R\$ 1,2 milhão), “Bloqueios judiciais recuperados a receber” (R\$ 236,8 mil) e a recém-incluída “Depósito Judicial – RJ” (R\$ 14,9 milhões), resultando em saldo total de R\$ 21,7 milhões ao final da competência. No ciclo, a Santa Casa registrou acréscimo de R\$ 711,43 nos bloqueios em relação ao período anterior.

A conta “Depósito Judicial – RJ” foi criada para segregar valores provenientes de arrematação de bens, bem como as posteriores saídas destinadas ao pagamento de credores sujeitos à Recuperação Judicial, conforme livro razão.

Quanto aos controles, a Administração Judicial aguarda que a Recuperanda formalize o acompanhamento das movimentações por meio relatório gerencial específico, o qual se encontra com envio pendente.

8. Análise das demonstrações econômico-financeiras

a) Ativo

Notas Explicativas

1.7 – Investimentos

O conjunto “Investimentos” representa as participações permanentes da Recuperanda em outras entidades, além de ativos Não-Circulantes vinculados à continuidade das atividades operacionais ou institucionais.

No período analisado, verificou-se que a única rubrica contábil mantida pela Entidade refere-se à conta vinculada a imóveis para investimento, denominada “Construção Novo Cemitério”, com saldo de R\$ 4,9 milhões e sem movimentações no intervalo considerado.

1.8 – Imobilizado

O grupo “Imobilizado” contempla os ativos tangíveis adquiridos ou construídos pela Recuperanda, destinados à manutenção das suas atividades operacionais e que possuem vida útil superior a um exercício social.

No mês, o saldo líquido, já considerando as depreciações acumuladas, totalizava R\$ 129 milhões. Os “Terrenos” (R\$ 83,9 milhões) e “Prédios e Instalações” (R\$ 27,4 milhões) correspondiam a 86,2% do saldo total.

IMOBILIZADO	SET/25	OUT/25	NOV/25
IMOBILIZADO	197.608.062	200.275.390	191.763.532
(-) DEPRECIAÇÃO	63.511.984	63.820.918	62.716.510
TOTAL	134.096.077	136.454.472	129.047.022

No período avaliado, o grupo apresentou variação negativa de R\$ 5 milhões, influenciada, em parte, pelo reconhecimento da depreciação do período, que totalizou R\$ 795,5 mil. As principais reduções concentraram-se nas rubricas “Terrenos”, no montante de R\$ 6,9 milhões, e “Prédios e Instalações”, no valor de R\$ 570,1 mil. Em sentido oposto, observaram-se acréscimos relevantes em “Máquinas e Equipamentos”, no total de R\$ 2,3 milhões, e em “Imobilizações em Andamento”, de R\$ 160 mil.

Conforme evidenciado no livro razão, tais variações decorreram, predominantemente, de baixas de ativos relacionadas a arrematações realizadas no âmbito do processo de Recuperação Judicial, além dos efeitos ordinários da depreciação reconhecida na competência.

8. Análise das demonstrações econômico-financeiras

b) Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL	SET/25	OUT/25	NOV/25
PASSIVO CIRCULANTE	89.397.816	89.638.209	98.825.448
FORNECEDORES	28.637.319	27.968.398	28.739.287
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	13.117.654	13.652.097	15.377.771
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	21.072.058	21.590.393	22.308.473
OBRIGAÇÕES FISCAIS	9.250.716	9.587.252	16.039.849
OUTRAS OBRIGAÇÕES	17.320.068	16.840.068	16.360.068
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	485.442.487	486.521.673	346.919.798
FORNECEDORES	4.141.854	4.141.854	4.141.854
PARCEL. IMPOSTOS/TRIBUTOS	3.670.538	3.670.538	52.606.852
COM. JURIDICAS TRABALHISTAS/CIV	30.569.249	30.569.249	30.569.249
RECUPERAÇÃO JUDICIAL LP	217.998.320	217.998.320	212.182.641
TRIBUTOS EM ATRASO	207.220.663	208.417.221	25.811.326
BENS EM COMODATO	223.380	221.402	221.402
RECEITAS DIFERIDAS	21.618.483	21.503.088	21.386.474
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(388.287.903)	(390.155.940)	(251.801.348)
PATRIMÔNIO SOCIAL	(451.675.887)	(451.675.887)	(451.675.887)
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	10.926.360	10.926.360	10.926.360
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	83.828.931	83.828.931	83.828.931
REALIZAÇÃO RES.REAVALIAÇÃO	(6.726.232)	(6.729.821)	(6.732.810)
REALIZ.RES.AJUSTE PATRIMONIA	(1.334.819)	(1.343.174)	(1.349.123)
SUPERAVT OU DEFIC DO PERIODO	(23.306.255)	(25.162.349)	113.201.182
TOTAL DO PASSIVO	186.552.401	186.003.942	193.943.899

Notas Explicativas

2.1 – Fornecedores

A rubrica contabilizou R\$ 32,8 milhões, distribuídos entre curto e longo prazos, apresentando, no curto prazo, um acréscimo de 0,4% (R\$ 102 mil) no último mês analisado, enquanto o valor de longo prazo permaneceu estático. No período, a Entidade manteve o parcelamento da dívida junto à fornecedora de água, originalmente no valor de R\$ 5,3 milhões. Desse montante, R\$ 4,1 milhões (84,5%) permanecem com vencimento no longo prazo, sendo este o único saldo registrado nessa classificação. Foi efetuado o pagamento de R\$ 54,3 mil no curto prazo, reduzindo o saldo do parcelamento para R\$ 759,6 mil, classificado no Passivo Circulante.

Nesse sentido, cabe destacar que o grupo de contas abrange unicamente débitos extraconcursais. A Recuperanda forneceu relatório de *aging list*, no valor de R\$ 23,1 milhões, sendo que a diferença de R\$ 9,8 milhões decorre de provisões relativas a serviços prestados por médicos. As referidas provisões foram registradas conforme o regime de competência, sendo reclassificadas para as contas específicas de fornecedores à medida que as respectivas notas fiscais são emitidas.

8. Análise das demonstrações econômico-financeiras

b) Passivo

Notas Explicativas

2.2 – Obrigações com Pessoal

Eram compostas principalmente por “Provisão de Férias”, que representava 32,2% do grupo (R\$ 5 milhões), e por “Provisão de 13º Salário”, correspondente a 18,2% (R\$ 2,8 milhões). O conjunto apresentou aumento de R\$ 2,3 milhões no período, encerrando com saldo total de R\$ 15,4 milhões. Abaixo, apresenta-se a composição detalhada do agrupamento:

OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	SET/25	OUT/25	NOV/25
SALÁRIOS A PAGAR	2.698.184	2.767.486	2.759.093
13º A PAGAR	-	-	1.485.574
FÉRIAS A PAGAR	354.109	353.604	385.400
RESCISÕES A PAGAR	304.613	327.192	341.772
PENSÕES ALIMENTÍCIAS A PAGAR	8.283	9.298	10.794
PROVISAO DE FERIAS	4.824.531	4.882.803	4.951.579
PROVISAO DE 13º SALARIO	2.443.266	2.676.334	2.805.307
REPASSES DE FUNCIONARIOS A TERCEIROS	523.479	674.691	711.164
CAUSAS TRABALHISTAS A PAGAR	1.257.032	1.256.532	1.256.132
PROCESSOS CIVEIS A PAGAR	704.157	704.157	670.956
TOTAL	13.117.654	13.652.097	15.377.771

2.3 – Obrigações Sociais

O agrupamento “Obrigações Sociais” foi analisado no Item 6 - “Obrigações Sociais e Fiscais”.

2.4 – Obrigações Fiscais

A análise referente às “Obrigações Fiscais” encontra-se detalhada no Item 6 - “Obrigações Sociais e Fiscais”.

2.5 – Outras Obrigações

O grupo apresentou redução de R\$ 960 mil no período analisado, totalizando R\$ 17,3 milhões. O montante era composto por “Adiantamentos de Clientes”, no valor de R\$ 3,8 milhões, e pela conta “TC 03/25 PortoRS/PMRG/ACSCRG”, que somava R\$ 12,5 milhões, concentrando a variação apurada no ciclo. Esta última corresponde a recursos antecipados no âmbito de convênio firmado entre o Porto/RS, a Prefeitura de Rio Grande e a Santa Casa. Nos termos do convênio, a Prefeitura repassou antecipadamente R\$ 5,7 milhões à Recuperanda, valor que será compensado mensalmente, conforme o regime de competência, por meio de abatimentos sucessivos no saldo vinculado ao Porto de Rio Grande.

8. Análise das demonstrações econômico-financeiras

b) Passivo

Notas Explicativas

2.6 – Parcelamentos de Impostos/Tributos

A análise referente ao agrupamento encontra-se detalhada no Item 6 - “Obrigações Fiscais e Sociais”.

2.7 – Contingências Jurídicas Trabalhistas/Cíveis

O grupo se divide em “Provisão Contingências Trabalhistas”, no valor de R\$ 21 milhões, e “Provisões Contingências Cíveis”, que totalizou R\$ 9,6 milhões, sem apresentar variações no período.

2.8 – Recuperação Judicial Longo Prazo

O agrupamento compreende os valores constantes da lista de credores da Recuperação Judicial e, no período analisado, apresentou redução de R\$ 5,8 milhões na rubrica “Débitos Trabalhistas – RJ”, decorrente de pagamentos efetuados a credores sujeitos à Recuperação Judicial, conforme evidenciado no livro razão.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL LONGO PRAZO	SET/25	OUT/25	NOV/25
FORNECEDORES RJ	61.903.165	61.903.165	61.903.165
EMPRÉSTIMOS BANCARIOS RJ	81.879.098	81.879.098	81.879.098
DÉBITOS TRABALHISTAS RJ	40.523.575	40.523.575	34.707.896
ACORDOS CÍVEIS EXECUÇÃO RJ	13.784.441	13.784.441	13.784.441
SERVIÇOS PJ E MÉDICOS RJ	7.009.151	7.009.151	7.009.151
RESCISÕES MÉDICOS RJ	12.898.890	12.898.890	12.898.890
TOTAL	217.998.320	217.998.320	212.182.641

2.9 – Tributos em Atraso

A análise referente ao grupo encontra-se detalhada no Item 6 - “Obrigações Fiscais e Sociais”.

2.10 – Bens em Comodato

Os “Bens em Comodato” referem-se à obrigação assumida pela Recuperanda em decorrência da posse de bens de terceiros recebidos em regime de comodato, cujos termos contratuais preveem a devolução futura dos referidos ativos.

No ciclo analisado, verificou-se decréscimo de R\$ 2 mil, decorrente da retirada de bem em comodato, encerrando o período com saldo de R\$ 221,4 mil.

8. Análise das demonstrações econômico-financeiras

b) Passivo

Notas Explicativas

2.11 – Receitas Diferidas

No período, registrou-se saldo de R\$ 21,4 milhões nas “Receitas Diferidas”, valor 1,1% (R\$ 232 mil) inferior ao primeiro mês. A variação decorre das contas de convênios médicos, conforme verificado no livro razão.

2.12 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido mostra quanto realmente pertence à Entidade depois de subtrair tudo o que ela deve (passivos) de tudo o que ela tem (ativos). Quando esse valor é negativo, conforme demonstrado no período (R\$ -251,8 milhões), significa que a Recuperanda tem mais dívidas do que bens e direitos — ou seja, está com o patrimônio descoberto. Destacam-se o seu “Patrimônio Social”, de -R\$ 451,7 milhões, o “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, de R\$ 83,8 milhões, além do “Superávit ou Déficit do Período” acumulado em R\$ 113,2 milhões.

8. Análise das demonstrações econômico-financeiras

c) DRE

DRE	SET/25	OUT/25	NOV/25
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	12.128.529	12.399.304	10.564.679
(-) DEDUÇÕES	(34.083)	(13.555)	(177.603)
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	12.094.446	12.385.749	10.387.076
CUSTOS	(12.943.025)	(13.276.290)	(13.008.252)
RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	(848.579)	(890.541)	(2.621.176)
MARGEM BRUTA	-7,0%	-7,2%	-25,2%
DESPESAS OPERACIONAIS	386.663	348.915	13.827.487
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	386.663	348.915	13.827.487
RESULTADO OPERACIONAL	(461.916)	(541.626)	11.206.311
MARGEM OPERACIONAL	-3,8%	-4,4%	107,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(1.387.501)	(1.314.467)	127.157.220
RECEITAS FINANCEIRAS	10.942	116.182	128.651.974
DESPESAS FINANCEIRAS	(1.398.443)	(1.430.650)	(1.494.754)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(1.849.417)	(1.856.094)	138.363.531
PROVISÃO PARA IR E CSLL	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO	(1.849.417)	(1.856.094)	138.363.531
MARGEM LÍQUIDA	-15,3%	-15,0%	1332,1%

Notas Explicativas

Em setembro, a Recuperanda registrava receita bruta de R\$ 12,1 milhões, que ao final do último mês demonstrado passou para R\$ 10,6 milhões, representando uma redução de 12,9%. A receita líquida operacional acompanhou a mesma tendência de retração, diminuindo de R\$ 12,1 milhões para R\$ 10,4 milhões.

Os custos operacionais totalizavam R\$ 12,9 milhões em setembro e elevaram-se para R\$ 13 milhões, o que impactou negativamente o resultado bruto. Em decorrência dessa dinâmica, a margem bruta apresentou piora, variando de -7% para -25,2%.

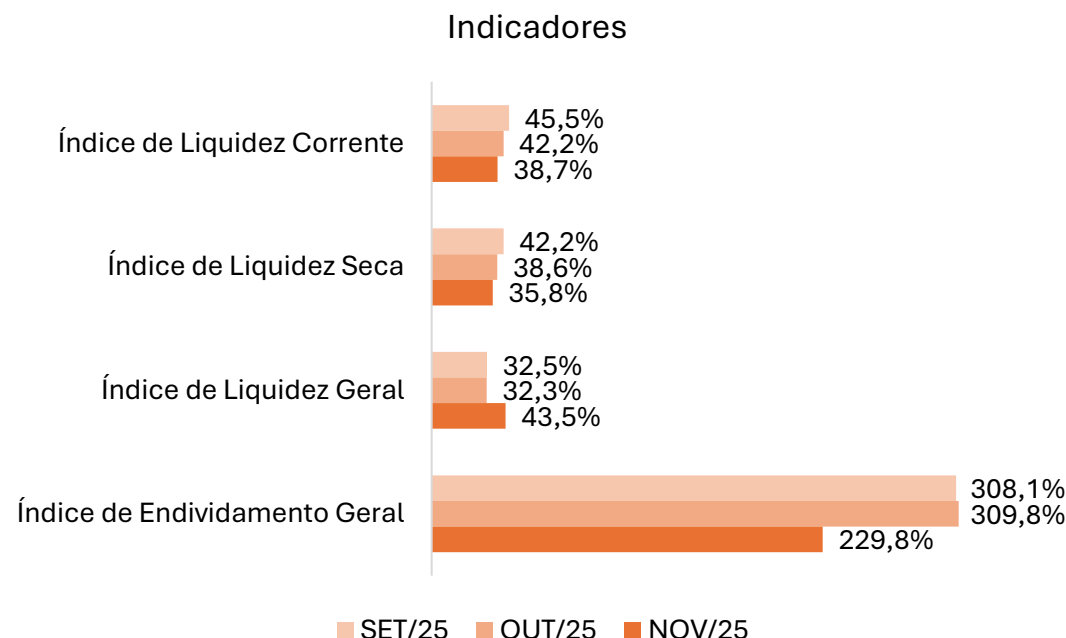
As “Outras Receitas/Despesas Operacionais” apresentaram acréscimo de 3.476,1%, passando de R\$ 386,7 mil em setembro para R\$ 13,8 milhões em novembro. Como resultado, o desempenho operacional foi revertido, passando de prejuízo de R\$ 461,9 mil em setembro para um lucro de R\$ 11,2 milhões ao final da última competência.

No âmbito financeiro, as receitas aumentaram de R\$ 1,4 milhão em setembro para R\$ 127,2 milhões ao final do período, sendo o incremento explicado, em grande parte, pelo reconhecimento do desconto obtido nas transações tributárias realizadas no âmbito da “Transação PGFN Mais Especialistas”, benefício previsto em lei em razão da adesão ao programa de renegociação.

Dessa forma, o resultado líquido também foi revertido, passando de prejuízo de R\$ 1,8 milhão para lucro de R\$ 138,4 milhões. A margem líquida variou de -15,3% para 1.332,1%.

8. Análise das demonstrações econômico-financeiras

d) Indicadores



Liquidez Corrente

O índice de “Liquidez Corrente” mede a capacidade da Entidade de pagar suas dívidas de curto prazo com os recursos disponíveis no mesmo período. É obtido dividindo o Ativo Circulante pelo Passivo Circulante. Valores iguais ou acima de 100% indicam que a Entidade consegue quitar todas as obrigações de curto prazo; abaixo disso, há necessidade de atenção.

No período, o índice reduziu de 45,5% para 38,7%, indicando piora na liquidez corrente da Santa Casa, mantendo o indicador significativamente abaixo do patamar de 100%. Esse cenário reforça a dependência de recursos adicionais para assegurar o cumprimento integral das obrigações exigíveis no curto prazo.

Liquidez Seca

O índice de “Liquidez Seca” mostra a capacidade da Entidade de pagar suas dívidas de curto prazo sem contar com a venda dos estoques. É calculado dividindo o Ativo Circulante, já excluídos os estoques, pelo Passivo Circulante.

No período, o indicador passou de 42,2% para 35,8%, evidenciando que a Entidade consegue cobrir apenas cerca de 35% de suas obrigações imediatas sem depender dos estoques. O índice permanece abaixo de 100%, sinalizando dificuldades para a cobertura das obrigações de curto prazo, situação que se intensifica quando desconsiderada a possibilidade de realização dos estoques.

8. Análise das demonstrações econômico-financeiras

d) Indicadores

Liquidez Geral

O índice de “Liquidez Geral” mede a capacidade do hospital de pagar todas as dívidas, de curto e longo prazos, com os ativos que serão realizados nesses mesmos períodos. É calculado dividindo a soma do Ativo Circulante e do Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante e do Exigível a Longo Prazo, oferecendo uma visão mais ampla da saúde financeira.

No período, o indicador apresentou acréscimo de 32,5% para 43,5%. Ainda assim, mesmo com a inclusão dos ativos de longo prazo, o indicador permanece abaixo de 100%, evidenciando que a estrutura patrimonial da Entidade segue limitada para suportar as obrigações assumidas, tanto de curto quanto de longo prazo.

Endividamento Geral

O índice de Endividamento Geral mostra o quanto a devedora depende de recursos de terceiros, calculado pela razão entre o passivo total (circulante e não circulante) e o ativo total.

Na data-base analisada, o índice apresentou redução, passando de 308,1% para 229,8%, refletindo um decréscimo no nível de endividamento. Ainda assim, o patamar evidencia que o passivo total supera o ativo total, caracterizando uma estrutura de capital fortemente dependente de recursos de terceiros. Tal condição reforça o elevado risco financeiro, uma vez que a Recuperanda permanece com patrimônio líquido negativo.

9. Plano de Recuperação Judicial

Condições de Pagamento

Classe	Prazo de pagamento	Periodicidade dos pagamentos	Valor Total	Observações	
Trabalhistas	12 meses	à vista	R\$ 40 milhões	A origem dos recursos será efetivada através de leilão da UPI Cemitério e da alienação de ativos identificados no item 4.1.3 do PRJ. Caso a alienação dos ativos destinados não atinja o montante de R\$ 40.000.000,00, o saldo será pago pela Recuperada respeitado o prazo máximo da classe.	
Subclasse	Descrição	Prazo pagamento	Valor	Observações	
Prioritários	créditos de natureza estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de RJ.	até 30 dias a contar da homologação do plano de recuperação	limite de 5 (cinco) salários-mínimos		
Rateio	créditos inferiores ou até R\$ 20 mil	12 meses	até R\$ 20 mil, limitado ao valor do respectivo crédito	O rateio será calculado pela proporção do crédito frente ao quadro geral de credores (somado ao provisionamento dos demais créditos), cujo percentual atribuído representará o valor do crédito a ser recebido. A tabela com os referidos percentuais será apresentada quando da realização dos pagamentos a título de prestação de contas. O saldo de crédito que não for adimplido após o rateio integral (R\$ 40.000.000,00 - quarenta milhões de reais), será considerado como deságio.	
Rateio - superior a R\$ 20 mil	créditos superiores a R\$ 20 mil	12 meses	pagamento proporcional até o limite do saldo existente (R\$ 40 milhões)		
Créditos ilíquidos	créditos que, no momento da aprovação do plano, não tenham sido, ainda, liquidados perante a Justiça Especializada e habilitados (ou retificados quando já provisionado no QGC) perante o juízo	12 meses, salvo na hipótese de liquidação posterior ao encerramento do processo de recuperação ou superado o prazo de pagamento (01 ano), ocasião em que devedora terá o prazo de 60 dias para efetuar o pagamento	critérios idênticos aos dos créditos sujeitos a rateio		

9. Plano de Recuperação Judicial

Condições de Pagamento

Classe	Valor Total	Prazo de pagamento	Periodicidade dos pagamentos	Deságio	Valor após deságio	Correção monetária	Carência	Observações
Garantia Real	-	240 meses	trimestrais	80%	-	TR e juros de 1% a.a.	18 meses para os juros + correção e para o principal, contados da publicação da decisão de homologação do PRJ.	

9. Plano de Recuperação Judicial

Condições de Pagamento

Classe	Valor Total	Subclasse	Descrição	Prazo de pagamento	Periodicidade dos pagamentos	Deságio	Correção monetária	Carência	Observações
Quirografários	157.809.653,66	Ordinário	todos os credores que não estiverem enquadrado nas condições de credor parceiros, seja ele financeiro ou operacional	240 meses	Anual	80%	TR + 1% a.a (termo inicial da correção: término do prazo de carência)	18 meses	o primeiro pagamento deverá ocorrer no curso do 19º mês subsequente à homologação do PRJ. A aplicação da correção será realizada com o início dos pagamentos, ou seja, após o término do prazo de carência.
		Operacional Parceiro	todo o fornecedor de bens e serviços (não financeiros) que tenha mantido o fornecimento à devedora durante a RJ, conforme condições dispostas no plano, bem como que tenham votado favoravelmente à aprovação do plano	120 meses	Mensal	50%	TR + 1% a.a. (termo inicial da correção: término do prazo de carência)	não há	O prazo de pagamento (120 meses) terá início a partir da decisão que homologar o PRJ. O primeiro pagamento deverá ocorrer em até 30 dias corridos após a intimação e os demais pagamentos mensalmente. A adesão à condição de Credor Operacional Parceiro ocorre mediante manifestação expressa do credor, conforme instruções dispostas no PRJ.
		Financeiro Parceiro	instituições financeiras (bancos comerciais, cooperativas de créditos, FIDC, securitizadora, financeiras em geral ou equiparados), de acordo com as regras do Banco Central	240 meses	Mensal	20%	TR + 0,5% a.m. (termo inicial: data do pedido da recuperação judicial)	12 meses	A contagem do prazo de carência terá início após o encerramento da AGC. O 1º pagamento deverá ocorrer no mês subsequente ao término da carência. A adesão à condição de Credor Financeiro Parceiro ocorre mediante manifestação expressa do credor, conforme instruções dispostas no PRJ.

9. Plano de Recuperação Judicial

Condições de Pagamento

Classe	Valor Total	Subclasse	Descrição	Prazo de pagamento	Periodicidade dos pagamentos	Deságio	Correção monetária	Carência	Observações
		Ordinário	todos os credores que não estiverem enquadrado nas condições de credor parceiros	240 meses	Anual	80%	TR + 1% a.a	18 meses	o primeiro pagamento deverá ocorrer no curso do 19º mês subsequente à homologação do PRJ. A aplicação da correção será realizada com o início dos pagamentos, ou seja, após o término do prazo de carência.
ME/EPP	2.206.423,11	Operacional Parceiro	todo o fornecedor de bens e serviços (não financeiros) que tenha mantido o fornecimento à devedora durante a RJ, conforme condições dispostas no plano, bem como que tenham votado favoravelmente à aprovação do plano	120 meses	Mensal	50%	TR + 1% a.a. (termo inicial da correção: término do prazo de carência)	não há	O prazo de pagamento (120 meses) terá início a partir da decisão que homologar o PRJ. O primeiro pagamento deverá ocorrer em até 30 dias corridos após a intimação e os demais pagamentos mensalmente. A adesão à condição de Credor Operacional Parceiro ocorre mediante manifestação expressa do credor, conforme instruções dispostas no PRJ.

10. Checklist

Checklist documentações contábil/financeira	Enviado	Não enviado
1. Balancetes contábeis (excel e PDF)	x	
Analítico	x	
Sintético	x	
2. Razão contábil	x	
3. Extratos bancários	Parcial	
4. Relação de admissões e demissões	x	
5. Comprovações rescisórias (termo e pagamento)		x
6. Passivo extraconcursal	x	
7. Parcelamentos tributários	x	
8. Obrigações vencidas/em atraso	x	
9. SPED contábil		x
10. SPED's federais		x